

GOVERNO LULA

Teixeira acena com diálogo contra a fome

Ministro considera os movimentos sociais atores de peso no combate ao flagelo

» INGRID SOARES

Em um discurso de posse enfatizando a luta contra a fome e de retomada do diálogo com movimentos sociais, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, salientou que a promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de combater a miséria extrema será um objetivo a ser perseguido sem descanso. Para ele, é um paradoxo que em um país do tamanho do Brasil, com tantas terras cultiváveis, milhões de pessoas não consigam se alimentar.

“Temos um território imenso que não foi utilizado de forma racional nesses últimos anos. Devido a inexistência de políticas públicas, nenhum país prospera sem resolver problemas dessa natureza. Nenhum país pode se considerar moderno, civilizado, desenvolvido, tendo 33 milhões de brasileiros vivendo em grande insegurança alimentar, e 100 milhões vivendo dentro da insegurança alimentar”, pontuou.

Teixeira defendeu que o acesso à terra é parte da luta de combate à fome. “Queremos resgatar o papel do Estado brasileiro, que por meio desse e de outros ministérios, deve promover o acesso à terra. Temos milhares de famílias vivendo em acampamentos, à beira de estrada, em condições paupérrimas em um país capaz de oferecer terra e moradia”, cobrou.

Para o ministro, o diálogo com os movimentos sociais é fundamental para a construção de uma sociedade madura. “A missão desse ministério é, também, manter boa articulação com os movimentos sociais. Iremos trabalhar com porta aberta, em um diálogo permanente, acolhendo sugestões e críticas”, completou.

Forças do atraso

O ministro criticou o ex-presidente Jair Bolsonaro e aquilo que classificou como “forças do

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Segundo Teixeira, o Brasil não prosperará enquanto não tiver políticas públicas sólidas para debelar a miséria



Temos um território imenso que não foi utilizado de forma racional nesses últimos anos. Devido a inexistência de políticas públicas, nenhum país prospera sem resolver problemas dessa natureza”

Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

atraso” pelo desmonte de políticas sociais. “Nosso país tem uma chaga na sua história. Toda vez que alguém tenta completar a abolição da escravidão no Brasil, acaba derrubado pelas forças do atraso. Foi assim com Getúlio (Vargas), João Goulart e, mais recentemente, o golpe contra Dilma (Rousseff) e a prisão injusta de Lula”, ressaltou.

A posse de Teixeira foi prestigiada pelo vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin (PSB) e pela presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR). Também estiveram presentes, entre outros, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves e representantes de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Alckmin aproveitou o espaço

dado por Teixeira para destacar “a importância da reforma agrária e do trabalho no campo, produção de alimentos, preservação do meio ambiente e agroecologia”. “O presidente Lula foi muito feliz ao escolhê-lo (Paulo Teixeira) porque tem a sensibilidade e espírito público”, observou.

Alckmin — que toma posse hoje no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) — também defendeu o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo. “Conte conosco para o associativismo, o cooperativismo e agregação de valor. O grande segredo é melhorar a renda. A melhora de renda é agregar valor. No Brasil, a gente percebe um novo ar, de entusiasmo, de esperança para construir uma sociedade melhor”, afirmou o vice-presidente.

Miliciano fez campanha para Daniela

José Cruz/Agência Brasil



Ministra afirmou que várias regiões da Baixada respaldaram sua candidatura

213

mil votos fizeram de Daniela Carneiro a deputada federal mais votada do Rio de Janeiro, na eleição de outubro passado

Mulher de Juracy Alves Prudêncio, o Jura, condenado e preso por chefiar uma milícia na Baixada Fluminense há pelo menos quatro anos, a ex-vereadora Giane Prudêncio fez campanha eleitoral, em 2018 e 2022, para a deputada Daniela Carneiro, nomeada ministra do Turismo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A relação tem sido apontada como sinal de proximidade dela e do marido, o prefeito de Belford Roxo, Wagner Carneiro, o Waguinho (ambos do União Brasil), com o criminoso. O casal de políticos se ligou ao PT no ano passado. A ministra, em nota, minimizou sua eventual relação política com Jura, que foi contratado da prefeitura na gestão Waguinho.

Com 213.706 votos, Daniela Moté de Souza Carneiro também é conhecida como Daniela do Waguinho. Foi a deputada federal mais votada do Rio no ano passado. Na campanha eleitoral de 2022, apoiou, com Waguinho, a candidatura de Lula na Baixada Fluminense. O apoio do prefeito foi conquistado pelo PT depois de uma disputa com o presidente Jair Bolsonaro. Nas redes sociais, Giane aparece ao lado da nova ministra em atos da campanha para a Câmara dos Deputados.

Jura cumpre pena de 26 anos de prisão — atualmente, em regime semiaberto — pelos crimes de associação criminosa e homicídio. O miliciano chegou a ser nomeado na prefeitura de Belford Roxo para um cargo comissionado na Secretaria Municipal

de Defesa Civil e Ordem Urbana, em agosto de 2017. No período, Waguinho já estava no comando do Executivo municipal.

O ex-sargento da PM foi autorizado pela Vara de Execuções Penais (VEP) a trabalhar, fora do presídio, como diretor do Departamento de Ordem Pública da prefeitura. Menos de um ano após a nomeação, a Justiça proibiu Jura de sair da cadeia para trabalhar e visitar a família. Havia suspeita de fraudes em suas folhas de ponto na Prefeitura de Belford Roxo.

De acordo com a juíza Beatriz de Oliveira Monteiro Marques, “quando logrou usufruir de saídas extramuros, o reeducando não demonstrou o senso de autodisciplina, responsabilidade e

comprometimento indispensáveis à regular tramitação de sua execução, uma vez que não desempenhou com afinco a tarefa que lhe foi delegada”.

Apoio

Por meio de nota, Daniela minimizou sua ligação com Jura, sem citá-lo: “A ministra do Turismo, Daniela Carneiro, durante sua campanha, em 2018, recebeu apoio em diversos municípios. Ela ressalta que o apoio político não significa que compactue com qualquer apoiador que, porventura, tenha cometido algum ato ilícito. Daniela Carneiro salienta que compete à Justiça julgar quem comete possíveis crimes. Quanto às nomeações na Prefeitura de Belford Roxo, a ministra enfatiza que não tem nenhuma ingerência, pois o ato é de competência exclusiva do Poder Executivo”.

Em nota, a defesa de Jura, representada por Luan Palmeira e Victor Martins, diz que o ex-policia militar “não nutre qualquer vínculo com atividades criminosas”, que Giane é “política de grande estima” e que “jamais teve seu nome envolvido em qualquer ato de promiscuidade no desempenho da vida pública”. “A pretensa proximidade entre Juracy e Giane Jura com Daniela do Waguinho não possui o condão de arranhar a reputação da ministra do Turismo”, disse.

Giane Prudêncio foi procurada, mas até o encerramento desta edição não deu resposta.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Adeus reformas. Agenda possível é mais modesta

O mais ambicioso programa de reformas de estrutura da história do Brasil foi o do presidente João Goulart (1961-1964), que havia assumido governo no lugar de Jânio Quadros, em meio a uma tentativa de golpe e graças a uma solução de compromisso: a adoção do parlamentarismo. Em razão das nossas desigualdades, no seu governo havia um cenário de radicalização político-ideológica e intensificação dos conflitos sociais.

Jango, como era chamado, sofria fortes pressões do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), principalmente de seu cunhado, Leonel Brizola, e de outras lideranças de esquerda, como o líder comunista Luís Carlos Prestes e Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, para realizar reformas estruturais na sociedade, entre as quais a agrária. Com a volta do presidencialismo, decidida por um plebiscito em 1962, Jango se sentiu fortalecido para levar adiante o projeto nacional-desenvolvimentista da esquerda brasileira.

As chamadas Reformas de Base abarcavam um conjunto amplo de problemas: a questão agrária, o sistema financeiro, a crise fiscal, a urbanização acelerada, o atraso burocrático e o acesso às universidades. O principal objetivo delas era combater a concentração de propriedade e de renda, além de ampliar a participação política da sociedade. Para isso, era preciso mudar a Constituição de 1946, o que exigia maioria ampla no Congresso. Pela legislação, o governo indenizaria os proprietários de terra, em caso de desapropriação, com dinheiro em espécie, mas Jango queria fazê-lo com títulos públicos e a longo prazo.

Jango também pretendia criar condições para os inquilinos comprar as residências que alugavam com títulos públicos. Também pretendia limitar a remessa de lucros ao exterior, estatizar alguns setores econômicos e expandir a Petrobras. Além disso, estava aceitando a pressão de militares de baixa patente para aumentar a sua representação política concorrendo a cargos eletivos, como os de vereadores e deputados.

Nada disso significava uma mudança de regime político, uma opção pelo socialismo. Mas assim passou a ser visto pela maioria da sociedade, após intensa campanha da oposição, liderada pelo governador da antiga Guanabara, Carlos Lacerda, o principal líder da UDN à época, que era candidato a presidente da República. No início de 1964, Jango perdeu o apoio do PSD (Partido Social Democrático), de Juscelino Kubitschek, que sonhava com a volta à Presidência nas eleições previstas para 1965. Brizola pretendia ser candidato, mesmo estando inelegível por ser cunhado do presidente da República, e Prestes articulava a reeleição de Jango nos bastidores.

O Congresso, de maioria conservadora, rejeitou as reformas de base. Jango resolveu mobilizar os trabalhadores urbanos e rurais para respaldar a adoção das reformas por decreto presidencial. No dia 13 de março de 1964, o chamado comício da Central do Brasil, reuniu cerca de 150 mil pessoas. Nele, Jango anunciou que decretaria as Reformas de Base, à revelia do Congresso.

Moral da história

A reação conservadora foi imediata: convocada por forças políticas e religiosas conservadoras, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na cidade de São Paulo, em 19 de março de 1964, reuniu quase 500 mil pessoas. Outras manifestações se realizaram no interior paulista e em outros estados. Em 31 de março de 1964, um golpe militar foi deflagrado, depôs Jango e deu início a 20 anos de ditadura.

No dia 2 de abril, no Rio de Janeiro, realizou-se a Marcha da Vitória. Não foram apenas o ambiente de guerra fria e a quebra de hierarquia nas Forças Armadas que viabilizaram o golpe. As marchas conservadoras demonstraram que o golpe também era vitorioso na sociedade.

Qual é a moral da história? Darcy Ribeiro dizia que foi melhor ser derrotado do lado certo, pois as reformas eram necessárias. E eram mesmo, tanto que a maioria foi feita pelos militares, durante a ditadura, como o Estatuto da Terra, a estatização de empresas de infraestrutura e expansão da Petrobras, a reforma bancária e fiscal, a expansão das universidades. Alguns chamam esse processo de modernização pelo alto de “revolução passiva”, outros de “autoritarismo funcional”. Os militares que apoiaram o governo Bolsonaro sonhavam — e ainda sonham — com a ressignificação do regime militar.

O governo Jango pôs o carro à frente dos bois, ao tentar fazer as reformas de base na marra, sem aprovação do Congresso. Além disso, a esquerda considerava um retrocesso a volta de JK ao poder, o favorito nas eleições marcadas para 1965. Para se manter no poder, defendia a candidatura de Brizola, inelegível por ser cunhado do presidente da República, ou até mesmo a reeleição de Jango.

1964 serve de exemplo para o governo Lula, que precisa adotar um programa democrático, porém, mais modesto do ponto de vista das reformas. É mais exequível focar o programa de governo na gestão ambiental e nos direitos básicos e universais da população (saúde, educação, trabalho, moradia, transporte e segurança pública). É o caminho para construir uma ampla maioria no Congresso e, ao mesmo tempo, corresponder à expectativa de seus eleitores, que hoje se resume aos direitos básicos e universais, além do respeito aos direitos humanos e o combate ao racismo estrutural.